



Anais da Assembléia

Nº 022

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE MARÇO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO

3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI

4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 3.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1996

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezesseis horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selame, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edmo Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Irineu Colombo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 689-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em Bloco das Proposições constantes constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 681

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada da Proposição de Veto n° 121/94, veto apostado ao Projeto de Lei n° 423/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, por 5 sessões, item 03 da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária de hoje.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 681-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada da Proposição de Veto n° 071/93, apostado ao Projeto de Lei n° 257/95, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, por cinco sessões.

Sala das Sessões, em 25.03.95.

(a) ÉLIO RUSCH

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, com exceção, solicitando o adiamento das proposições n°s 071/93 e 121/94. **Aprova-**

do.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 074/93, VETO Aposto ao Projeto de Lei Complementar n° 046/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que revoga o Art. 7º da Lei Complementar n° 046, de 20 de dezembro de 1989 (Vencimento de Delegado de Polícia). Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Ofício/DIL/SAT n° 295/93

Curitiba, 13 de outubro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 287/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade

do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 046/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a revogação do art. 7º, da Lei Complementar nº 46, de 20 de dezembro de 1989.

Tal dispositivo revogou o art. 291, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná).

O revogado art. 291, da referida Lei Complementar 14, tratava de vinculação de vencimentos dos integrantes das várias carreiras do Quadro da Polícia Civil aos dos Delegados de 1ª Classe.

A negativa de sanção ao projeto de lei complementar em causa decorre de sua flagrante inconstitucionalidade, eis que fere frontalmente os mandamentos contidos nos arts. 66, incisos II e III e 87, inciso IV, ambos da Carta Estadual, os quais conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para início do processo legislativo de leis sobre a matéria.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 046/93
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogado o art. 7º da Lei Complementar nº 46, de 20 de dezembro de 1989.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, 01.09.93.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a chefia do Executivo Estadual deve revigorar a Tabela de Vencimentos que prevaleceu na Polícia Civil por mais de 15 anos, ou então, reestabelecer os salários dos Policiais Civis com base no que anteriormente recebiam adotando outro critério, o que para nós é simples questão de semântica.

Na atual conjuntura os policiais civis passam por dificuldades de ordem diversa, desde a falta de equipamentos até a ausência de uma política salarial adequada, pois aquilhoar a esses com os mesmos índices atribuídos ao Quadro Geral de Servidores, é injusto, uma vez que a atividade em lide implica em risco de vida, e saúde,

com jornadas de trabalho de 24 horas ou mais, ininterruptas.

Face a argumentação apresentada, gostaríamos através deste Projeto de Lei Complementar, reparar a injusta anteriormente cometida, pela revigoração do art. 291 da Lei Complementar nº 14/82.

Entendemos que o pleito em questão não é inconstitucional, já que defende um direito exercido por mais de 15 anos, sendo ao contrário, até mesmo injusta a não revigoração, notadamente neste momento em que ocorre o incremento da criminalidade e a sociedade necessita de uma Polícia eficaz, o que se há de convir, depende de equipamentos e bons salários.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 074/93

P A R E C E R:

O veto foi apresentado dentro do prazo legal e regimental não existem óbices a normal tramitação da proposição de veto nº 074/93 aposto ao Projeto de Lei nº 46/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que revoga o art. 7º da Lei Complementar nº 046, de 20 de dezembro de 1989. (Vencimento de Delegado de Polícia).

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVEIRO - Presidente
PAULO MAIA - Relator.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 122/94, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 208/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel onde funciona o Fórum da Comarca de Cambé, para o Município de Cambé-Pr. **Sem Parecer.**

Ofício/DTL/SAT nº 029/95

Curitiba, 17 de janeiro de 1995.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 229/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o projeto de lei nº 208/94, por julgá-lo contrário aos superiores interesses públicos em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o poder Executivo a doar ao Município de Cambé, o imóvel que especifica, localizado à Avenida Inglaterra, esquina com a Avenida Canadá, naquela localidade, para a instalação de sua Câmara Municipal.

Ainda em que pese a intenção do autor, nobre Deputado José Durval Matos do Amaral, o Plano de Lei em causa não pôde merecer acolhimento, em face de informação prestada pela Coordenadoria do patrimônio do Estado, de que a Secretaria de Estado

da Educação necessita do referido imóvel, para a instalação do Núcleo Avançado de Estudos supletivos - NAES/Cambé, o qual se encontra funcionando em prédio alugado.

Nestas condições, a pretendida doação viria contra os interesses do Estado, pois este continuaria arcando com o ônus de uma locação desnecessária, o que, de modo algum seria justificável, tendo em vista que dispõe de imóvel próprio e adequado às instalações do referido Núcleo de Estudos.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado.

PROJETO DE LEI N° 208/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a doar para o Município de Cambé-PR, o imóvel constando de terreno de 800,00 metros quadrados, denominado lote 05, quadra 17, com uma edificação de 437,80 metros quadrados de área construída, localizados à Avenida Inglaterra esquina com a Avenida Canadá, no mesmo município, local onde funcionava o antigo fórum da Comarca de Cambé.

Art. 2° - O imóvel de que trata o artigo anterior, destinar-se-á a instalação da Câmara Municipal de Cambé, e fica gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio DEZENOVE DE DEZEMBRO, em 23.08.94.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cambé, possui hoje cerca de 80.000 habitantes e é hoje considerado município de médio porte, sendo o 15° município do Paraná em população.

A cidade possui um legislativo municipal atuante, que está instalado atualmente no paço municipal, local pequeno e sem condições de abrigar o importante corpo legislativo.

Cambé possui um Fórum da Comarca que estava instalado em prédio do Governo do Estado, mas que com o tempo foi tornando-se insuficiente para atendimento da demanda do município.

Objetivando melhoria do atendimento e das instalações do Fórum, a Prefeitura doou o terreno, onde foi edificado novo prédio

para abrigar o órgão, ficando o antigo prédio onde estava instalado, ocioso.

Como a Prefeitura necessita do espaço onde está atualmente instalada a Câmara Municipal e sendo este pequeno para abrigar o Legislativo, solicitamos a doação do prédio ocioso do antigo Fórum, para que ali seja instalada a Câmara Municipal de Cambé.

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA DA PROPOSIÇÃO N° 124/94, veto oposto ao Projeto de Lei n° 197/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de São João do Triunfo. **Sem parecer.**

Ofício/DIL/SAT n° 035/95.

Curitiba, 17 de janeiro de 1995.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 258/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 197/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de São João do Triunfo o imóvel que especifica, para o uso de sua administração, conforme aduz em sua justificativa.

Ainda que louvável a intenção do Autor, Nobre Deputado Geraldo Cartário Ribeiro, o plano de lei em referência não pôde ser acolhido em face de informação prestada pela Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, no sentido de que não é aconselhável a pretendida doação, pelo fato de que o próprio Estado poderá vir a utilizar o questionado imóvel, para a instalação de órgãos de sua administração.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 197/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado, autorizado a doar à Prefeitura Municipal de São João do Triunfo, o lote ur-

lote n° 13, quadra 33 da planta da cidade, situado à Rua Tenente Coronel Carlos Souza a 15,92 metros da esquina com a Rua Manoel Ferreira de Andrade, tendo forma poligonal irregular e as seguintes medidas e confrontações: de frente para a Rua Tenente Coronel Carlos Souza medindo 49,30 metros; de fundos, de quem da mesma rua para o lote olha, medindo 33,35 metros, confrontando com Gilberto Andrade Helila, 1,00 metro transversal mais 15,30 metros, confrontando com a Sociedade Recreativa Triunfense; do lado direito, de quem da mesma rua para o lote olha, medindo 33,10 metros mais 6,00 metros a 45°00' em relação a linha, confrontando com Sebastião Abel Gabré; e do lado esquerdo, de quem a mesma rua para o lote olha, medindo 39,60 metros confrontando com Manoel Pedro Andrade Halila, onde fecha o levantamento topográfico da área com total de 1928,36 metros quadrados.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 19.09.94.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

A sede da Prefeitura Municipal de São João do Triunfo foi edificada no ano de 1927, e encontra-se inadequada, pequena e com diversas avarias, não fornecendo segurança aos que a utilizam e sem espaço para gerir assuntos administrativos bem como o seu próprio pessoal. O terreno que em pauta solicitamos, dispõe de uma edificação com 345 metros quadrados, sendo ideal para a nova sede da Prefeitura. Tal terreno e construção, anos passados, foi utilizada como hospital e maternidade, sendo que no momento encontra-se desocupada pois foi construído um novo hospital, maior e adequado às novas exigências. A construção está desocupada há mais de três anos, abandonada, enquanto a Prefeitura necessita de tal espaço para o bom andamento administrativo e atendimentos que se fazem necessários, já que não possuem condições financeiras para realizar a reforma e aumento da sede atual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1° Secretário procederá à chamada nominal.

Votaram 44 Senhores Deputados.

Convindo os Deputados Algaci Túlio e Luiz Claudio Romanelli para comporem a comissão escrutinadora.

A Mesa vai anunciar o resultado: votaram 44 Senhores Deputados.

Pela manutenção do Veto, vinte e quatro Deputados; pela rejeição, dezessete; brancos, três.

Estão mantidos os vetos.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 071/93, veto aposto ao Projeto de Lei n° 257/93, de autoria do Deputado Élio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga os Municípios de Missal a São Miguel do Iguaçu. **Sem Parecer.**

Sobre a referida proposição requerimento de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões da Proposição n° 071/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 257/93.

Ofício/DTL/SAT n° 267/93.

Curitiba, 21 de setembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 242/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1°, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 257/93, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal denominada "NZ-1", que liga as sedes municipais de Missal e São Miguel do Iguaçu, com uma extensão de 32 quilômetros.

O projeto de lei em epígrafe deixou de merecer acolhimento, dada sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

Ademais, inobstantemente à inconstitucionalidade apontada, vale ressaltar que o Poder Executivo não tem condições de suportar encargos de tal natureza, também pelo fato de as máquinas e equipamentos, assim como os recursos humanos do DER estarem, todos, voltados aos trabalhos nas obras rodoviárias em andamento, inclusive as de conservação de estradas e as em execução nas microbacias, conforme prevê o vigente Sistema Rodoviário Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 257/93
A Assembléia Legislativa de
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada intermunicipal denominada "NZ-1", que liga as sedes municipais de Missal e São Miguel do Iguaçu, com uma extensão de 32 (trinta e dois) quilômetros.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.08.93

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

A estrada ora objeto de estadualização é uma rodovia já asfaltada; cujo recapeamento foi feito pela Itaipu Binacional, facilitando com isto o fluxo de trânsito entre as duas sedes municipais constantes do projeto de lei, e de via, também facilitou o acesso à BR-277 do tráfego procedente dos municípios limítrofes e outros ao norte da região de abrangência da via, como também, dos estados do centro-oeste e norte brasileiros, com destino à Foz do Iguaçu. O que antes era uma simples via de ligação entre duas cidades, transformou-se em uma rodovia de intenso tráfego leve e pesado.

A vista disso, as administrações das unidades municipais de Missal e São Miguel do Iguaçu não reúnem condições para fazer a manutenção do referido. Portanto, é necessário integrar a rodovia à malha rodoviária do Estado.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 121/94, do Veto aposto ao Projeto de Lei nº 423/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a Doar ao Município de Jundiá do Sul, o trator de esteira marca Fiat, Modelo AD-14, ano 1975 conforme especifica. **Sem Parecer.**

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões da Proposição nº 121/94, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 423/94.

Ofício/DIL/SAT nº 031/95.

Curitiba, 17 de janeiro de 1995.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 384/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos

da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 423/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Jundiá do Sul, o trator de esteira que especifica, que se encontra cedido àquela municipalidade, conforme Termo de Cessão de Uso nº 031/93, de 01 de dezembro de 1993.

Ainda em que pese a intenção do autor nobre Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, o plano de lei em referência não pôde merecer acolhimento em face de pronunciamento da Secretaria de Estado dos Transportes, através do D.E.R., manifestando-se contrariamente à pretendida doação, asseverando que a matéria deverá ser reavaliada somente após o término da cessão, que durará até 11 de novembro de 1995, quando, então, estará em condições de analisar a necessidade do retorno do equipamento às atividades operacionais do órgão. Informa, ainda, aquela pasta que, procedida a necessária vistoria na referida máquina, não foi declarada sua inservibilidade, fato que também impede sua doação.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 423/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Jundiá do Sul, o trator de esteira marca Fiat, modelo AD-14, ano 1975, com número de ordem 3TE-089.012, cedido em comodato àquela municipalidade, conforme Termo de Cessão de Uso nº 031/93, de 01 de dezembro de 1993.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.12.94

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

O trator de esteira objeto do presente Projeto de Lei foi repassado em comodato à Prefeitura Municipal de Jundiá do Sul, sem nenhuma condição de uso e a Prefeitura mediante autorização governamental de doação mandou executar serviços de reparação no mesmo. Durante a tramitação, exigiu-se "Termo de Inservível", não fornecido exatamente em razão de reforma executada.

Assim, a forma legal de solução do impasse é justamente o presente projeto de

lei, que, aprovado, virá suprir as exigências legais.

O SR. ANTONIO BELINATTI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, para registrar a presença, em nosso meio, Sr. José Gomes de Carvalho, popular Carvalhinho, figura incansável que tanto tem defendido o nosso Paraná, um grande paranista. É um orgulho para esta Casa receber a visita do Carvalhinho e convoco, Sr. Presidente, que ele continue com esta garra, com esta disposição de estar sempre na liderança das grandes causas paranistas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Acompanhando o Presidente José Carlos de

Carvalho, está o Dr. Marco Antonio Guarita, da CNI, do Rio de Janeiro. Nós desejamos uma boa estadia nesta Casa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu me somo a esta homenagem ao companheiro,

Presidente da FIEP, José Gomes de Carvalho, e como vice-prefeito tem feito uma atuação brilhante em Curitiba, já assumiu por várias ocasiões a Prefeitura e foi também um dos grandes baluartes no trabalho feito pelo Governador Jaime Lerner para a vinda da Renault para o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada

mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 26, logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs 004, 018, 019 e 021/95.

Levanta-se a sessão.